

“Amazonizar”: educação e ontologia política dos povos amazônicos¹

“Amazonizar”: education and political ontology of Amazonian peoples

Albert Alan de Sousa Cordeiro^{1*} , Eliane Aparecida Cabral da Silva² , Débora Mate Mendes³

¹Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), Santana, AP, Brasil

²Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), Macapá, AP, Brasil

³Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED), Mazagão, AP, Brasil

COMO CITAR: CORDEIRO, A. A. S.; SILVA, E. A. C.; MENDES, D. M. “Amazonizar”: educação e ontologia política dos povos amazônicos. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 19, spe 3, e19482, 2024. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v19i00.1948201>

Resumo

Este artigo é fruto de um esforço interdisciplinar desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Amapá. Resulta do trabalho dos docentes da disciplina Educação, Poder e Território, ofertada pelos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGED) e Geografia (PPGEO) desta instituição. O referido componente debateu como a educação oficial se situou ao longo das distintas dinâmicas territoriais que se desenvolveram na Amazônia e apresentou estratégias de resistência presentes nas memórias e territorialidades dos povos amazônicos. Neste escrito, sintetizamos parte do debate da disciplina, discutindo, primeiro, diferentes processos de expropriação e espoliação que a região e seus povos estiveram/estão submetidos; segundo, argumentando a necessidade da escolarização se aproximar das ontologias políticas (Escobar, 2016) dos povos amazônicos, ou seja, das formas de luta e resistência dos povos indígenas e populações tradicionais, mobilizadas por suas culturas e cosmogonias, distintas da racionalidade instrumental da modernidade ocidental e constituinte do capitalismo.

Palavras-chave: educação; Amazônia; território; ontologia política.

Abstract

This article results from an interdisciplinary effort developed within the scope of the Federal University of Amapá. It results from the work of professors of the course Education, Power and Territory, offered by the Postgraduate Programs in Education (PPGED) and Geography (PPGEO) of this institution. This component discussed how official education has situated itself throughout the different territorial dynamics that have developed in the Amazon and presented strategies of resistance in the memories and territorialities of the Amazonian peoples. In this writing, we synthesize part of the course debate, discussing, first, different processes of expropriation and exploitation that the region and its peoples have been/are subjected to; second, arguing the need for schooling to approach the political ontologies (Escobar, 2016) of Amazonian peoples, that is, the forms of struggle and resistance of indigenous peoples and traditional populations, mobilized by their cultures and cosmogonies, distinct from the instrumental rationality of Western modernity and constituent of capitalism.

Keywords: education; Amazon; territory; political ontology.

*Autor correspondente:

albert.cordeiro@unifap.br,
albertscoreiro@hotmail.com

Submetido: Julho 12, 2024

Revisado: Agosto 17, 2024

Aprovado: Outubro 29, 2024

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação comitê de ética: Não se aplica.

Disponibilidade de dados: Os dados da pesquisa não estão disponíveis. Trabalho realizado na Instituição (SI-GLA), Macapá, AP, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

¹ As reflexões presentes no texto iniciam a partir da tese de doutorado do autor Albert Alan de Sousa Cordeiro, intitulada: “Por que você ainda fica falando sobre isso? Um estudo decolonial da relação entre educação escolar e cultura popular na Amazônia brasileira”, 2021, disponível para acesso no repositório de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará – UFPA, sendo aprimoradas com a contribuição das demais autoras.

INTRODUÇÃO

Natureza imaginária, região periférica, atrasada, questão nacional, vazio demográfico, terra dos conflitos, reserva ecológica planetária. Essas são algumas narrativas e imagens que, segundo Porto-Gonçalves (2005, 2017), olhares externos atribuem à Amazônia. Para o geógrafo, essas representações sobre o território amazônico são decorrentes da formação geo-histórica da região a partir da chegada do colonizador e, portanto, são narrativas e imagens coloniais que ignoram os conhecimentos produzidos ao longo de milhares de anos de presença humana na região.

Geopoliticamente situada na periferia do sistema, a Amazônia cumpre, na atualidade, um papel estratégico para sua manutenção, seja, de um lado, como fonte de “recursos naturais” à cadeia produtiva, seja, por outro, como bioma indispensável ao equilíbrio climático planetário. Nesta, pelo menos no capitalismo, irreconciliável dupla função, independentemente da perspectiva escolhida, a Amazônia segue sendo um território palco de disputas e conflitos, impulsionados por agentes externos, nacionais e internacionais.

Dito isto, pretendemos neste trabalho, sem esperar esgotar o debate, situar como, historicamente, a Amazônia foi se constituindo como o “outro” dentro do Brasil, a partir dos legados coloniais que se manifestam na realidade local, reverberando nos imaginários, modelos de desenvolvimento, políticas públicas que são impostas à região e ao seu povo. Por último, afirmaremos neste texto que os saberes dos povos e populações amazônicas instituem uma agenda política que anuncia outros mundos possíveis. Nos processos de luta e resistência que os amazônidas encabeçam, entre avanços e retrocessos, se conquistam direitos e se marca o cenário político com seus conhecimentos e modos de vida, deste modo, culturas e identidades amazônicas são matizes de agenciamento político.

Neste sentido, concordamos com Arturo Escobar (2016) quando este afirma que a perseverança das comunidades e movimentos de base étnico-territorial envolve resistência, oposição, defesa e afirmação dos territórios, mas com frequência pode ser descrita de modo mais radical como ontológica. Da mesma maneira, ainda que a ocupação de territórios coletivos usualmente suponha aspectos armados, econômicos, territoriais, tecnológicos, culturais e ecológicos, sua dimensão mais importante é a ontológica.

Analisaremos como os saberes dos povos amazônicos: indígenas, quilombolas, populações do campo, das águas e das florestas têm sido fundamentais na construção de sua agência política na luta por direitos, apresentando outros mundos possíveis e nos convocando a repensar os parâmetros sociais instituídos pela modernidade ocidental, e debateremos o papel da educação como forma de disseminação destas ontologias políticas.

O artigo é fruto de um esforço interdisciplinar desenvolvido no âmbito da Universidade Federal do Amapá, resultado do trabalho dos docentes da disciplina Educação, Poder e Território, componente curricular ofertado pelos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGED) e Geografia (PPGEO) desta instituição e que buscou debater como a educação oficial se situou ao longo das distintas dinâmicas territoriais que se desenvolveram na Amazônia e apresentou estratégias de resistência presentes nas memórias e territorialidades dos povos amazônicos.

Apesar do trabalho caracterizar-se, primordialmente, como um estudo bibliográfico, ele também é resultado das experiências de ensino, pesquisa e extensão dos/as autores/as, que realizam trabalhos junto a povos indígenas e populações do campo, das águas e florestas. Em nosso modo de analisar o fenômeno a ser debatido, compreendemos a Amazônia como o recorte socioespacial formado pelo conjunto indissociável de ecossistemas que envolve a bacia hidrográfica do Rio Amazonas, a floresta Amazônica, as populações e demais seres, vivos e encantados, que habitam esse lugar.

O texto está organizado em duas seções, “Amazônia: Colonialismo e Espoliação Capitalista”, onde arrazoamos sobre os legados coloniais na formação socioespacial da região e, “Amazonizar: Saberes Amazônicos e Ontologia Política”, quando falamos das lutas, resistências e existências dos povos amazônidas e defendemos, sobretudo na educação formal, a necessidade de acessar outras representações da Amazônia e suas populações, para além das narrativas e imagens produzidas a partir da visão colonial.

AMAZÔNIA: COLONIALISMO E ESPOLIAÇÃO CAPITALISTA

Conforme Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021), a região Amazônica teve um papel fundante para a constituição do Sistema-Mundo Moderno-Colonial, pois desde os primeiros momentos da invasão europeia, notou-se a presença de cinco potências coloniais: Inglaterra, Holanda, França, Espanha e Portugal.

Antes da invasão europeia, no século XVI, habitavam a região populações com alta densidade demográfica e complexidade social, ocupando o território em escala urbana e contando com sistemas intensivos de produção, com uma agricultura diversificada e sistemas culturais complexos². O ataque genocida do norte-global desarticulou, em menos de 100 anos, o que levou cerca de 10 mil para ser construído. Os remanescentes, desde então, estão submetidos a uma política de terror (Souza, 2021).

Loureiro (2019) afirma que o processo de conquista da região, tanto no passado como no presente, combina, em permanência, alguns elementos-chave que a tornaram o “Outro” do país Brasil, tanto para estrangeiros quanto para os próprios brasileiros, legitimando sua condição subalterna. Embora esse processo tenha origem no período colonial, permanece depois dele, estando sedimentado nessa condição atualmente.

De acordo com a autora (*idem*), muitos foram os elementos usados para justificar tal submissão, construídos a partir do imaginário colonial: as distâncias, o linguajar diferenciado, a predominância indígena e cabocla da população, a forma de vida condicionada ao rio e à mata, sua intensa articulação com a natureza. O “atraso” amazônico em relação ao resto do Brasil acabou por identificar a região como o polo negativo e inferiorizado da dicotomia “moderno-atrasado”, em que o Centro-Sul do Brasil representava o primeiro elemento do binômio.

Nesta mesma direção, Paes-Loureiro (1995, p. 45) afirma que o período colonial brasileiro é a raiz de uma formação cultural permeada pelo que ele chama de ideologia da colonização. O autor diz que, como os núcleos de influência e implantação da cultura europeia, entendida como moderna e atual, transplantada para o Brasil, estiveram instalados no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, o que se praticava nas demais regiões, “[...] ainda que sendo uma prática contemporânea, passou a ser entendido como o “mais antigo”, o “folclórico” e, por consequência, o mais primitivo”.

Está longe do espaço europeizado significava estar situado num tempo passado, primitivo. Passou-se a entender como sendo somente do âmbito do folclore as manifestações culturais das regiões mais distantes dos “núcleos centrais”, confundindo-se nisso a expressão atual, presente, estilisticamente múltipla, de autoria reconhecida que caracteriza o campo da cultura popular (Paes-Loureiro, 1995, p. 41).

Portanto, é justo dizer que a região amazônica sempre foi pensada por meio do olhar eurocêntrico, mas não é somente pelo europeu que a região foi (é) colonizada. Ela segue vista como periferia do Brasil e pensada como um lugar com recursos naturais infinitos que devem ser explorados por quem é de fora, visto que sua população local não seria capaz de lidar com essas riquezas. Assim, boa parte das políticas públicas discutidas para a região ignoram as populações que nela vivem, ribeirinhos, camponeses, remanescentes de quilombos e indígenas, desconsiderando suas especificidades, suas necessidades próprias e suas percepções com a natureza que os cerca (Oliveira, 2018).

Deste modo, pode-se dizer que a história da região:

[...] é a de uma saga secular empreendida pelo Estado e pelas elites na tentativa de domesticar o habitante e a natureza da região, moldando-os à visão e à expectativa de exploração do homem de fora, estrangeiros no passado, brasileiros e estrangeiros no presente. Mas é, também, a história da resistência de sua gente às diversas formas de dominação (Loureiro, 2009, p. 31).

² Segundo Oliveira (2018, p. 361), “[...] no momento da invasão da América, a Amazônia estava ocupada por mais de duas mil etnias indígenas e se estima que sua população ultrapassava sete milhões de pessoas. É provável que esse número seja subestimado por conta das falhas nas estatísticas oficiais demográficas”.

É interessante percebermos que, ao longo da história da região, a “falácia desenvolvimentista”, denunciada por Enrique Dussel (2008), engendrada pelo “mito da modernidade” ao longo do período de dominação colonial, permaneceu vigorando posteriormente à independência do país e nos diferentes períodos da república. Obviamente, a partir de novas configurações, em que o binômio hierarquia/dominação, anteriormente apoiado na pressuposta inferioridade racial dos povos periféricos, teve seu fundamento nitidamente racista (embora este ainda persista) substituído pela narrativa da suposta inferioridade cultural, científica, tecnológica e social dos povos daqui (Loureiro, 2009).

“Desenvolvimento” se tornou o discurso central e justificativa fulcral para as atrocidades ambientais e sociais que o Estado brasileiro seguiu cometendo contra o povo amazônida, reproduzindo a matriz colonial de poder em suas ações.

Arturo Escobar (1995) analisa as instituições nacionais e internacionais de desenvolvimento no pós-segunda guerra e conclui que as representações do Norte-global sobre o que eles convencionaram chamar de “terceiro mundo” são discursos coloniais com o intento de exercer controle sobre ele, uma colonização da realidade pelo discurso do desenvolvimento. O pensador latino-americano afirma que o tipo de desenvolvimento em questão correspondia às ideias do Ocidente, entendidas como curso natural da evolução e do progresso, tornando-se um poderoso instrumento de normalização do mundo.

O desenvolvimento entrou em cena criando anormalidades (os pobres, os desnutridos, as mulheres grávidas, os sem-terra), anomalias que então se tratava de reformar. Buscando eliminar todos os problemas da face da Terra, do Terceiro Mundo, o que realmente conseguiu foi multiplicá-los ao infinito. Materializando-se num conjunto de práticas, instituições e estruturas, teve um profundo impacto sobre o Terceiro Mundo: as relações sociais, as formas de pensar, as visões de futuro ficaram marcadas indelevelmente por este ubíquo elemento. O Terceiro Mundo chegou a ser o que é, em grande medida, pelo desenvolvimento (Escobar, 1991, p. 142).

A Amazônia e suas populações foram/são vítimas desse fenômeno descrito por Escobar, por isso, não coincidentemente, a partir da segunda metade do século XX, tornaram-se alvo dos “projetos de desenvolvimento” dos governos militares e de uma profunda invasão cultural encabeçada por modelos educacionais “modernizadores”.

Segundo Marques (2019), no imaginário desenvolvimentista, a Amazônia foi entendida como fonte de recursos naturais, sendo restringida à produção de matéria prima por um lado, e à forma de mercadoria, por outro, com as terras para comercialização e acumulação. A natureza, segundo essa concepção economicista, é um obstáculo para o progresso e os documentos oficiais da época conclamavam à luta para subjugação do mundo natural e à conquista dos “espaços vazios” amazônicos.

Como materialização desse processo no território lançou-se mão de padrões de organização do espaço que não reconheceram as formas de coexistência das populações indígenas e tradicionais da Amazônia com a natureza. Na ideologia colonial a floresta, por exemplo, não é o lugar de reprodução da vida ou a vida propriamente dita, como nos explica Krenak (2020) ao dizer que as florestas são nosso espelho. Ela é matéria-prima, recurso, transforma-se em objeto, em mercadoria. A mercantilização da natureza se apresenta assim, como mecanismo potente de dominação colonial dos povos amazônidas e dos seus territórios.

Mignolo (2017), diz que ao longo do percurso da modernidade europeia, a “natureza” passou a se referir a fonte dos recursos naturais (o carvão, o óleo, o gás) que abasteciam as máquinas da Revolução Industrial, ou seja, se tornou repositório para a materialidade objetivada, neutralizada e basicamente inerte que existia para a realização das metas econômicas.

O legado dessa transformação permanece nos dias atuais, em nossa presunção de que a “natureza” é o fornecedor de “recursos naturais” para a sobrevivência diária: a água como mercadoria engarrafada. No Ocidente, a mutação da natureza para recursos naturais foi um sinal de progresso e modernização e, ao mesmo tempo, um sinal de que outras civilizações estagnaram e estavam sendo ultrapassadas pelo Ocidente (Mignolo, 2017, p. 7-8).

Assim, a região Amazônica foi submetida a distintas formas de mercantilização e financeirização da terra e dos bens da natureza. Formas essas que Malheiro, Porto-Gonçalves e Michelotti (2021) conceituam como agro-mínero-hidro-bio-carbono-negócio, e que tem promovido processos de territorialização capitalista, desterritorialização de povos, grupos e comunidades, além de estarem relacionadas:

[...] com práticas de violência absolutamente aviltantes, na formação de um capitalismo em que trabalho assalariado, servil e escravo coexistem, no qual há um pacto de poder entre bancos, grandes corporações transnacionais, latifundiários e empresários regionais, capangas, pistoleiros e, logicamente, o Estado, por intermédio de seu apoio logístico, de seu braço financiador, de seu outro braço (*des*)regulador, ou ainda pelas suas forças de (*in*)segurança (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, p. 35).

Nessa empreitada do desenvolvimento, apenas o conhecimento dos especialistas, treinados na tradição ocidental, foi considerado pertinente e apropriado; já o conhecimento dos "outros", "tradicionais", dos pobres, dos camponeses, foi encarado como um obstáculo à tarefa transformadora. A modernização foi considerada a força capaz de destruir as superstições e relações arcaicas a qualquer custo social, cultural e político (Escobar, 1995; Lander, 2005).

Da mesma forma, a ideia de desenvolvimento, modernização e progresso da era moderna, segundo Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 28) "[...] tornou-se uma época prisioneira do presente, dominada pela amnésia, pela incapacidade de se lembrar tanto dos processos históricos imediatos quanto daqueles de médio e longo prazo". Esse contexto produziu um esquecimento, provocando a perda da capacidade da humanidade de recordar desvinculando-nos da memória individual e coletiva.

Na atualidade, o que se observa é a continuidade do processo de espoliação (Harvey, 2014) da natureza e populações na região, a partir de formas tradicionais da acumulação primitiva associadas a novos mecanismos de expropriação efetivadas via a biopirataria, a mercantilização/*commoditização* da natureza, a regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger territórios ancestrais e tradicionais, o patenteamento e licenciamento de material genético, apropriação de terra públicas de forma privada e a privatização de bens públicos antes administrados pelo Estado, como é o caso da água dos rios e subsolo, do solo e do ar.

Cruz Hernández e Bayón Jiménez (2023), afirmam que, na última década, as tratativas neoliberais balizadas pelo consenso de Washington foram substituídas na América Latina pelo consenso das Commodities, baseado na exportação de matérias-primas. Esse movimento tem apresentado rebatimentos importantes na Amazônia à medida que intensifica as relações capitalistas no interior dos territórios via a execução de megaprojetos extrativistas ou com envolvimento das comunidades em projetos qualificados como de economia verde, que substituem as maneiras tradicionais de organização da economia e da produção, nas comunidades, por arranjos econômicos locais de interesses das empresas.

O avanço das relações capitalistas no interior dos territórios sob a lógica da economia das commodities apresenta como resultados a desterritorialização dos sujeitos e a produção de violências, em suas múltiplas dimensões, com destaque para as violências de gênero. Sobre isso, Cruz Hernández e Bayón Jiménez (2023) tem chamado atenção para um conjunto de estudos e experiências de mulheres latino-americanas, especialmente indígenas, que tem alertado para o fortalecimento das relações patriarcais nas regiões em que o extrativismo avança, processo esse, conceituado por elas, como (re)patriarcalização dos territórios. De acordo com as autoras, esses estudos têm demonstrado que o avanço do extrativismo sobre os territórios tem promovido uma piora na vida das mulheres por ser uma atividade econômica que privilegia os homens, reconfigurando relações de poder político, econômico e patriarcal, que se interseccionam com o classismo e o colonialismo.

O consenso dos commodities que marca uma nova divisão territorial e global do trabalho para a América Latina, intensifica os processos extrativistas sob a região, colocando sob nova ameaça o bioma e suas populações. Contudo, como bem diz Svampa (2016), o extrativismo não é um destino, é uma opção política e civilizatória assumida pelos diferentes governos, que vai reconfigurando negativamente nossos territórios e economias e se baseia na apropriação

irresponsável dos recursos naturais não-renováveis, criando novas assimetrias econômicas, políticas e ambientais entre o Norte e o Sul geopolíticos.

Uma das consequências da atual inflexão extrativista é a explosão de conflitos socioambientais, visíveis na potencialização das lutas ancestrais pela terra por parte dos movimentos indígenas e camponeses, assim como no surgimento de novas formas de mobilização e participação cidadã, centradas na defesa dos recursos naturais (definidos como “bens comuns”), da biodiversidade e do meio ambiente. Entendemos por conflitos socioambientais aqueles ligados ao acesso, à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder (Svampa, 2016, p. 143).

Como resistência, é na luta em defesa dos seus territórios que os povos e populações amazônicas tem mobilizado seus conhecimentos e modos de vida como formas de enfrentamento à sanha colonialista e espoliadora capitalista, colocando na agenda política e no debate público a sua cultura, como forma de defesa da biodiversidade e como possibilidade de construção de uma nova racionalidade hegemônica, que transcenda a racionalidade instrumental e utilitarista que fundamentou os alicerces do sistema-mundo capitalista moderno/colonial.

Como diz Jason Moore (2022, p. 29), trata-se de novas políticas ontológicas que se organizam não somente em torno da distribuição da riqueza, mas por sua redefinição, que transcendem o dualismo cartesiano, que propugnam valores diferentes e que “[...] apontam na direção de uma ecologia-mundo na qual poder, riqueza e (re)produção são forjadas em uma conversa com as necessidades da teia da vida e o lugar da humanidade dentro dela”.

Debateremos a seguir como essas ontologias políticas se manifestam na Amazônia, a partir da atuação dos povos indígenas e demais populações tradicionais locais, que indicam inclusive caminhos à educação escolar, para que esta se aproxime cada vez mais das demandas e realidades amazônicas, bem como se alicerce, a partir de um diálogo intercultural, nos conhecimentos produzidos pelas populações locais, processo que chamaremos aqui de Amazonizar.

AMAZONIZAR: SABERES AMAZÔNICOS E ONTOLOGIA POLÍTICA

[...] chegam a nos chamar de preguiçosos, porque não destruímos tantas árvores quanto eles! Essas palavras ruins me deixam com raiva. Não somos nem um pouco preguiçosos! As imagens da saúva *koyo* e do lagarto *waima* moram dentro de nós e sabemos trabalhar sem descanso em nossas roças, de baixo do sol. Mas não fazemos isso do mesmo modo que os brancos. Preocupamo-nos com a floresta e pensamos que desbastá-la sem medida só vai matá-la. A imagem de *Omama* nos diz, ao contrário: “Abram suas roças sem avançar longe demais. Com a madeira dos troncos já caídos façam lenha para as fogueiras que os aquecem e cozinham seus alimentos. Não maltratem as árvores só para comer seus frutos. Não estraguem a floresta à toa. Se for destruída, nenhuma outra virá tomar seu lugar! Sua riqueza irá embora para sempre e vocês não poderão mais viver nela (Kopenawa; Albert, 2015, p. 469).

Iniciamos esta última seção do trabalho com um fragmento do pensamento do xamã Yanomami, Davi Kopenawa, pois ela é representativa do que defenderemos aqui: os conhecimentos e saberes que compõem a cultura dos povos e populações amazônicas são matricialmente distintos à racionalidade instrumental constituinte da modernidade ocidental que fundamenta o capitalismo e essa cosmovisão distinta constitui sua agência política, tornando-se inerente à defesa de seus territórios e na aquisição de seus direitos. O mesmo intelectual indígena diz:

O pensamento dos xamãs se estende por toda parte, debaixo da terra e das águas, para além do céu e nas regiões mais distantes nas florestas e além dela. Eles conhecem as inúmeras palavras desses lugares e as de todos os seres do primeiro tempo. É por

isso que amam tanto a floresta e querem tanto defendê-la (Kopenawa; Albert, 2015, p. 468, grifo nosso).

O protagonismo político que os povos indígenas, em especial, mas também quilombolas, ribeirinhos/as, coletores/as, agricultores/as familiares são mobilizados por uma lógica distinta à modernidade ocidental com relação à convivência com os demais entes que compõem a biodiversidade planetária e que se desdobram em outras formas de uso da terra. Como diz Porto-Gonçalves (2017, p. 12), a Amazônia não é apenas uma imensa floresta e bacia hidrográfica, como comumente se destaca, “[...] mas também um patrimônio de conhecimentos desenvolvidos com (e não contra) essas condições de vida e com as quais devemos dialogar”.

Há tempos, vem sendo evocado e reconhecido no meio acadêmico e no âmbito dos diferentes movimentos sociais, tanto a nível local, quanto global, o papel das culturas tradicionais, dos conhecimentos ancestrais como forma de enfrentamento à espoliação capitalista e na construção de alternativas políticas, econômicas, sociais, epistêmicas aos aspectos destrutivos da modernidade ocidental.

Com distinções e semelhanças, essas teorias/práticas que evocam os conhecimentos ancestrais como forma de organização social e política tem em comum a proposta de uma virada ontológica e uma profunda redefinição de conceitos que foram cristalizados pela modernidade ocidental, como progresso, riqueza, desenvolvimento etc. Bem-Viver, Direitos da Mãe-Terra, Os Bens Comuns, Chtuluceno são algumas das alternativas ao sistema-mundo capitalista moderno/colonial que estabelecem uma profunda relação com as epistemologias dos povos e populações tradicionais.

Como bem afirma Arturo Escobar, (2016), muitos dos movimentos étnicos territoriais na América Latina são espaços vitais de produção de conhecimento e de estratégias sobre as identidades e a vida e se constituem como uma proposta de vanguarda frente à crise social e ecológica dos territórios, se notabilizando por uma ontologia política que questiona radicalmente os parâmetros estabelecidos pela modernidade ocidental.

Nessas ontologias, os territórios são espaços-tempos vitais de toda comunidade de homens e mulheres; entretanto, não é apenas isso, mas também o espaço-tempo de inter-relação com o mundo natural que circunda e é parte constitutiva dele. Ou seja, a inter-relação gera cenários de sinergia e de complementaridade, tanto para o mundo dos homens e mulheres como para a reprodução do resto dos outros mundos que circundam o mundo humano. Dentro de muitos mundos indígenas e em algumas comunidades afrodescendentes da América Latina, esses espaços materiais se manifestam como montanhas ou lagos que são entendidos como tendo vida ou como espaços animados (Escobar, 2016, s/p).

Aqui, reconhecendo o protagonismo dos povos indígenas e populações tradicionais amazônicas e o papel que a afirmação de suas culturas e identidades cumpre em sua intervenção política e na construção de uma agenda pública que reconheça suas territorialidades, conclamaremos todos/as à Amazonizar. Reiteramos que não se trata de afirmar um “novo” verbete ou conceito no âmbito do debate acadêmico e político, afim de conseguir notoriedade. Nosso intuito neste escrito é apenas demarcar a Amazônia enquanto um território em que lutas políticas, sociais, econômicas, epistêmicas, territoriais são travadas a partir de ontologias próprias, arraigadas nos conhecimentos, culturas, tradições, epistemes dos povos daqui.

Afirmamos que Amazonizar representa acolher e aprender com o conjunto de conhecimentos desenvolvidos pelos povos e populações que produzem história e cultura na Amazônia. Saberes que não podem mais ser ocultados, e dada a urgência dos nossos tempos, precisam ser profundamente debatidos e aprendidos (Cordeiro; Ribeiro; Pereira, 2023).

Aprendendo com os povos e populações amazônicas, Amazonizar é um chamado à implementação de outros modelos econômicos, outros arranjos produtivos, outras formas de uso da terra, onde o antropocentrismo seja superado. [...] Trata-se de reaprender, reorganizar, (re)existir a partir de um diálogo intercultural crítico com estes sistemas culturais históricos, edificados inclusive como resistência ao capitalismo (Cordeiro; Ribeiro; Pereira, 2023, p. 13).

Neste sentido, concordamos com os dois movimentos reflexivos propostos por Malheiro (2023, p. 169-170): “[...] construir, a partir do olhar amazônida, uma crítica ao capitalismo, entendendo-o como modo de produção/destruição que, além de mercadorias, produz esquecimento, ruínas e uma guerra incessante contra a vida”; E, visando alternativas possíveis, “[...] mergulhar na memória ancestral amazônida para nela reconhecer marcas de expressão que nos propõem uma outra agenda teórica e política capaz de apontar saídas ao atual quadro dramático de caos climático que estamos vivendo”.

Para o nosso engajamento político em defesa do território, cabe a nós conhecermos profundamente as formas como a espoliação da região segue ocorrendo, além de historiarmos e analisarmos a longa trajetória de saques e conflitos instaurados pelo capitalismo por aqui. Os/As pesquisadores/as que se comprometem com a defesa da biodiversidade amazônica e com seus povos e populações devem fortalecer a luta anticapitalista a partir do nosso chão, conhecendo as dinâmicas próprias inerentes às relações estabelecidas pelo sistema com os grupos e territórios locais.

Educadores/as comprometidos/as com a biodiversidade e populações amazônicas devem protagonizar processos de ensino e aprendizagem que evidenciem a centralidade da região nas dinâmicas do capitalismo contemporâneo, bem como sua importância para a manutenção das condições climáticas do planeta, logo, à manutenção da própria vida humana. Desse duplo papel de destaque da região, a educação precisa tornar evidente a contradição intrínseca existente entre eles: o capitalismo é a antítese da vida.

Amazonizar, então, não significa elucubrar sobre saberes, cosmologias e culturas amazônicas de maneira etérea, mas debater outros referenciais de economia política, a partir das ontologias políticas que as populações amazônicas constroem na sua luta em defesa de seus territórios. Qualquer iniciativa que supostamente defenda a cultura dos povos amazônicos, mas que não debata radicalmente os processos de dominação, exploração e conflito que se impõe sobre estas populações, não passam de ações ingênuas ou estratégias de sujeição de um dito neoliberalismo progressista.

Nessa tarefa, a educação escolar cumpre um papel fundamental, mas ela própria precisa romper com as representações hegemônicas que tende a reproduzir. É necessária a superação das abordagens folclorizadas com que comumente são tratadas as questões referentes aos povos indígenas e da população negra, do campo, águas e florestas na escola, por meio de eventos episódicos, desprovidos de significados políticos e evadidos de preconceitos alicerçados em racismo e classismo.

Amazonizar a educação escolar demanda conhecermos os sistemas culturais desenvolvidos pelos povos e populações amazônicas, mas profundamente situados nas dinâmicas de poder, exploração e opressão que circunscrevem o mundo contemporâneo, logo, obviamente, a Amazônia. Portanto, amazonizar a escolarização exige a síntese dialética entre *Educação, Território e Poder*.

Amazonizar a educação formal representa estabelecer um diálogo intercultural crítico com distintas matrizes culturais, em estrita consonância com as realidades opressoras que historicamente os povos amazônidas estiveram/estão submetidos, para então refletirmos sobre práticas formativas que nos permitam, além de compreender os mecanismos de dominação implementados pelo sistema-mundo moderno-colonial, qualificar-nos à luta política contra as estruturas opressivas e exploratórias que ainda vigoram, na radicalidade que ela exige, assumindo a luta anticapitalista, antirracista, antipatriarcal (Cordeiro; Ribeiro; Pereira, 2023, p. 14).

A crítica ao capitalismo na Amazônia precisa reconhecer que este sistema, além de ecocida e genocida, é irremediavelmente epistemicida. A desterritorialização encabeçada pelas diferentes frentes de “desenvolvimento” na região tem como característica promover a supressão e o apagamento de sistemas culturais vastíssimos e valiosos que foram desenvolvidos pelas/os amazônidas ao longo de milhares de anos.

A exploração feita pelos brancos em nome do “progresso” é uma operação política de apagamento de tudo o que existiu antes de esmagarem a vida dos trópicos com suas botas. Os brancos têm a aborrecida obsessão de acreditar que todas as histórias

começam com a sua chegada. Em geral, o que acontece é que as histórias terminam embaixo de suas botas, de suas motosserras e de suas armas (Brum, 2021, p. 26).

Como bem disse Brum (2021), após acompanhar muitos antropólogos e ecologistas em seus trabalhos pela Amazônia, muitos brancos acreditam que a maior floresta tropical do mundo é uma criação sem digitais humanas, esta crença vem sendo refutada pelas pesquisas contemporâneas.

Hoje já se sabe, como afirmam Toledo e Barrera-Bassols (2015), que dentre as expressões oriundas de uma cultura, os conhecimentos sobre a natureza são uma dimensão especialmente notável, pois refletem a perspicácia e a riqueza de observações sobre o entorno realizadas, registradas, difundidas e aprimoradas durante longos períodos de tempo. São saberes perpetuados através das gerações por meio da oralidade, e com os quais a espécie humana foi, não só moldando suas relações com a natureza, mas também refinando e aperfeiçoando esta mesma natureza. Sobre a nossa região, hoje podemos afirmar categoricamente que:

Uma parte da Amazônia é floresta cultural, o que significa que foi esculpida durante milhares de anos principalmente por humanos, mas também por não humanos, estes que chamamos de “animais”, em sua interação com o ambiente. E não todas as pessoas humanas, mas as mesmas que hoje mantêm o que resta da floresta em pé e são mortas à bala por isso: os indígenas e, nos últimos séculos, os povos que são conhecidos como “beiradeiros” e “quilombolas (Brum, 2021, p. 22).

Nossos ancestrais semearam esse colosso biodiverso que é a Amazônia e hoje povos indígenas e demais populações tradicionais seguem a defendendo da sanha capitalista, tarefa que, em muitos casos, lhes custa a vida. Por isso é oportuno reafirmar, o capitalismo é a antítese da vida: ele é genocida, ecocida e epistemicida. Uma escolarização verdadeiramente a partir da Amazônia não pode perder isto de vista.

Precisamos nos “re-territorializar” com o planeta, com a natureza que o constitui e construir um programa político radical, como povos indígenas e populações tradicionais amazônicas tem feito historicamente para defender seus territórios. Amazonizar é aprender as lições de luta pelos direitos da natureza e pela defesa da vida, em suas expressões mais diversas. Como diz Davi Kopenawa, temos que reflorestar nossas mentes.

Não se trata de inaugurar ou criar um novo modelo civilizatório, alternativas sistêmicas já existem. Na Amazônia elas permanecem existindo, permaneceram apesar do colonialismo, da sanha imperialista, dos ditos modelos de desenvolvimento, das incontáveis empreitadas genocidas que continuam a ocorrer sobre seus povos, populações e seus territórios.

Nesse sentido, o que se defende é que o campo da educação formal, que historicamente agiu como auxiliar na reprodução de narrativas e imagens do ideário colonial sobre a região, agora, seja capaz de se *amazonizar* e se volte, cada vez mais, para reflexões que ajudem a compreender a região a partir destes marcos culturais, políticos e epistêmicos, os quais, durante muito tempo, encobriu e contribuiu para dispersar. “Se a escolarização foi instrumento de invasão cultural e de conformação de subjetividades voltadas às sociedades capitalistas, hoje ela é instada a auxiliar nesta tarefa descolonizadora” (Cordeiro; Ribeiro; Pereira, 2023, p. 14).

Esse processo passa reativar memórias ancestrais que nos vinculam aos saberes e formas de nos relacionar com os seres humanos e não-humanos que nos trouxeram até aqui. Memórias individuais e coletivas que resistem na oralidade e nas cosmologias dos povos tradicionais.

Amazonizar a educação é, então, (re) memorar sentidos e significados relegados ao apagamento, ao silenciamento. É ensinar-aprender considerando temporalidades outras, que possibilitem à escola o tempo da sabedoria que, segundo os ensinamentos do povo Xakriabá, “[...] é diferente do tempo da inteligência, pois exige para além do tempo da mente, a prática com as mãos” (Correa Xakriabá, 2018, p. 43).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Amazônica foi/é alvo do projeto civilizatório que a expansão colonial europeia institucionalizou e normatizou em âmbito global. Para este modelo, a Amazônia (sua

biodiversidade, suas populações tradicionais, os saberes produzidos nas relações estabelecidas entre as pessoas e o meio ambiente circundante) é entendida como bárbara, atrasada, não civilizada.

Em decorrência da emergência climática de nosso tempo, a região retorna aos holofotes da comunidade global, entretanto, seguindo a mesma tendência histórica-colonial, em que narrativas e imagens externas são impostas às suas gentes, encobrindo e silenciando os grupos, povos e populações que constituem o território.

O discurso da vez, não sem a devida razão e necessária urgência, é o papel fundamental da região ao equilíbrio climático planetário, contudo, a semântica empregada diz respeito às reconfigurações do Sistema-Mundo Capitalista Moderno/Colonial, cuja maior expressão nos debates referentes ao meio ambiente se manifesta na narrativa do “desenvolvimento sustentável”.

Povos indígenas e demais populações tradicionais que constituem a região, o que tem sinalizado a respeito do papel da Amazônia à manutenção da vida humana no planeta? Estes que foram os responsáveis pelo estabelecimento de relações distintas com a biodiversidade, daquelas que foram desenvolvidas e “universalizadas” pela modernidade ocidental e que nos trouxeram ao cataclismo contemporâneo, estão sendo ouvidos nos fóruns globais onde o tema é debatido? Caso sim, trata-se de uma iniciativa genuína ou apenas uma ação proforma, em que os modos de vida dessa gente não são pensados como indicativos de outros mundos possíveis?

Dada a emergência e complexidade do debate, discutir tais temas é fundamental para não recairmos nas estratégias e discursos reificadores empregados pelo “norte-global”, tampouco, nos submetemos às narrativas e modelos de desenvolvimento impostas pelos centros econômicos e de decisão política do país.

Diante do exposto, fica evidente que defesa dos povos e territórios na Amazônia passa por compreender profundamente as formas como a espoliação da região segue ocorrendo e a longa trajetória de saques e conflitos instaurados pelo capitalismo por aqui. Comprometer-se com a defesa da biodiversidade amazônica e com seus povos e populações também implica fortalecer a luta anticapitalista a partir do chão amazônico, conhecendo as dinâmicas próprias inerentes às relações estabelecidas pelo sistema com os grupos e territórios.

Amazonizar requer que refundemos a economia política hegemônica com a ontologia política que as populações amazônicas instauram ao defender seus territórios. À educação resta a tarefa de nos fazer lembrar esses conhecimentos que nossos ancestrais desenvolveram e que a modernidade europeia e a sanha capitalista trataram de esmaecer em nossas mentes

REFERÊNCIAS

- BRUM, E. **Banheiro òkôtô**: uma viagem à Amazônia centro do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- CORDEIRO, A.; RIBEIRO, A.; PEREIRA, A. Apresentação. In: CORDEIRO, A.; RIBEIRO, A.; PEREIRA, A. (ed.). **Amazonizar**: educação, pesquisa e cultura. Curitiba: CRV, 2023.
- CORREA XAKRIABÁ, C. N. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá**: reativação da memória por uma educação territorializada. Brasília: UnB, 2018.
- CRUZ HERNÁNDEZ, D. T.; BAYÓN JIMÉNEZ, M. **Corpos, territórios e feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. São Paulo: Editora Elefante, 2023.
- DUSSEL, E. **1492**: el encubrimiento del otro. La Paz-Bolívia: Biblioteca Indígena, 2008.
- ESCOBAR, A. Imaginando el futuro: pensamiento crítico, desarrollo y movimientos sociales. In: LOPEZ, M. (ed.). **Desarrollo y democracia**. Caracas: UNESCO/Universidad Central de Venezuela/Nueva Sociedad, 1991.
- ESCOBAR, A. **Encountering development**: the making and unmaking of the Third World. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- ESCOBAR, A. Territórios da diferença: a ontologia política dos direitos ao território. **Territórios**, Campinas, ano 3, n. 6, 2016.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- KRENAK, A. **A vida não útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- LANDER, E. (ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LOUREIRO, V. **Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento**. São Paulo: Empório do Livro, 2009.
- LOUREIRO, V. Amazônia: da dependência a uma nova situação colonial. *In: CASTRO, E. (ed.). Pensamento crítico latino-americano: reflexões sobre políticas e fronteiras*. Belém: Anablume, 2019.
- MALHEIRO, B. As Amazônias no centro do mundo: do colapso climático à memória ancestral. *In: PARRA, G. et al. (ed.). Transiciones justas: una agenda de cambios para América Latina y Caribe*. Buenos Aires: CLACSO/OXFAM, 2023.
- MALHEIRO, B.; PORTO-GONÇALVES, C. W.; MICHELOTTI, F. **Horizontes Amazônicos: para repensar o Brasil e o Mundo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.
- MARQUES, G. **Amazônia: riqueza, degradação e saque**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, e329402, 2017. DOI: <http://doi.org/10.17666/329402/2017>.
- MOORE, J. Introdução. *In: MOORE, J. (ed.). Antropoceno ou capitaloceno: natureza, história e a crise do capitalismo*. São Paulo: Elefante, 2022.
- OLIVEIRA, A. Povos indígenas, desenvolvimento e colonialismo na Amazônia brasileira. *In: CASTRO, E.; PINTO, R. F. (ed.). Decolonialidade e Sociologia na América Latina*. Belém: NAEA/UFPA, 2018.
- PAES-LOUREIRO, J. J. **Cultura Amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: CEJUP, 1995.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- SOUZA, M. **História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2021.
- SVAMPA, M. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? *In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (ed.). Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016.
- TOLEDO, V.; BARRERA-BASSOLS, N. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

Contribuições dos autores

Todos os autores/as contribuíram igualmente com a construção do texto.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editor Executivo para América Latina: Prof. Dr. Vilmar Alves Pereira